

ECONOMIA BRASILEIRA EM 2018: PERSPECTIVAS

O ano começou tendo por referência os bons antecedentes de 2017, principalmente se comparado ao biênio 2015/2016. Houve melhoria em vários indicadores de desempenho conjuntural da economia brasileira.

Pode ser destacado como extremamente importante a combinação da queda nos juros e redução da inflação, os principais fatores imediatos da recuperação da economia em 2017 e continuidade em 2018 (principalmente no 1.º semestre). Associado à combinação acima, outros avanços que impactaram de forma positiva o sistema de produção (2017 sobre 2016) foram:

- a)** superávit da balança comercial e crescimento da corrente de comércio;
- b)** elevação das Reservas Cambiais/estoque de divisas no Banco Central;
- c)** entrada crescente de Investimento Estrangeiro Direto-IED, elevando oferta interna de dólares, não especulativo, importante para inovação, modernização, produtividade e competitividade;
- d)** controle da Dívida Externa, principalmente devido a queda dos juros: em 2016 a dívida de US\$ 323,7 bilhões cai para US\$ 309,5 bilhões em 2017; mais de 80% é dívida de médio/longo prazo; e 16,5% é de curto prazo. O setor público deve 40,0% do total; ao setor privado cabe 60,0%;
- e)** mais dólares no mercado mundial, importante para estabilizar o câmbio;
- f)** índice Bovespa superou em quase 15 mil pontos a média de 2016;
- g)** o Risco-País em janeiro de 2017 foi 328 pontos; ao final do ano, em dezembro atingiu 244 pontos; e começou 2018 com 234 pontos/janeiro. Quanto menor o risco-país, maior a confiança dos investidores quanto a capacidade de pagamento das dívidas pelo país devedor;
- h)** manutenção da taxa de juros pelo Federal Reserve Bank dos EUA.
- i)** melhoria do poder médio de compra dos assalariados, associado a criação de novos empregos e contenção da taxa de desocupação em 2017: 1.º tri/2017:13,7%; 4.º tri/2017: 11,8% .

As contas nacionais-CN, apresentaram melhoria do Produto Interno Bruto- PIB: crescimento de 1,0% em 2017 sobre 2016. Dentre os respectivos componentes, cabe destacar a 1.ª elevação do Investimento Bruto Interno-IBI no país, no 3.º trimestre de 2017, após 15 trimestres sem expansão. Acrescente-se ao crescimento do Investimento, a continuidade da ascensão do Consumo das Famílias-CF. A elevação do IBI revela a confiança de muitos ramos de produção, a partir dos indicadores de mercado, na melhoria da economia. Ainda: a continuidade do crescimento do Consumo das Famílias em relação a 2016 permite identificar maior poder de compra, salários e empregos no período.

Para 2018, as perspectivas são de crescimento do consumo das famílias-CF (sobre triênio 2015-2017); o consumo do governo-CG, em ano de eleições, estará submetido às atuais restrições orçamentárias. Por outro lado, o investimento interno poderá crescer, considerando financiamentos do BNDES para a “indústria 4.0”, apesar da existência de ociosidade na capacidade produtiva instalada. As projeções disponíveis apontam para crescimento do PIB-2018 de 2,5% a 3,0%. Verifica-se, ademais, um distanciamento cada vez maior, da relação anterior que existiu entre setor privado e alguns segmentos do poder político no país, que permite ao sistema de produção demonstrar condições de autonomia e definição de decisões, de forma a priorizar o ambiente econômico.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Há uma diferença importante na conceituação econômica entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento pode ser visto sob uma perspectiva predominante conjuntural onde fatores políticos podem interferir; o desenvolvimento sob uma perspectiva estrutural.

I. Crescimento econômico:

Podem ocorrer pela elevação do PIB, que mede a produção de bens e serviços de uma economia, por um período de tempo. Uma das formas consideradas é pelo desempenho dos setores de produção: A) Agropecuária (setor primário: lavouras permanentes e temporárias, pecuária de corte e de leite; ovinocultura; piscicultura); B) Indústria (setor secundário: a) extrativa, b) de transformação, c) construção civil, d) serviços de utilidade pública: eletricidade, gás, água, esgoto e gestão de resíduos); C) Serviços (setor terciário: a) comércio, b) atividades financeiras, seguros e serviços relacionados; c) armazenagem, transporte e correio; d) informação e comunicação; e) atividades imobiliárias; f) administração, saúde e educação públicas e seguridade social; g) outras atividades de serviços). Outra forma de quantificação é via demanda agregada: a) consumo das famílias-CF; b) consumo do governo-CG; c) investimento bruto interno (público e privado)-IBI; e saldo da balança comercial (exportações menos importações). Uma terceira forma de mensuração pela remuneração aos fatores de produção: remuneração ao trabalho-RT e remuneração

ao empresário e capital-REK, na forma de salários, ordenados, juros, aluguéis, lucros e dividendos.

A ausência de expansão do PIB, em um determinado período, significa que a economia não cresceu (em relação ao período anterior) ou poderia até ter regredido. Em termos técnicos, quando uma economia apresenta queda no crescimento por dois trimestres consecutivos, ela é considerada em recessão. Atualmente, 1.º trimestre de 2018, os números do PIB brasileiro referentes a 2017 identificam superação da fase recessiva (2015 e 2016), com o crescimento de 1,0% em 2017.

Em condições normais, as taxas de crescimento de economias não-desenvolvidas tendem a superar as de uma economia desenvolvida. Isto porque esta, já superou etapas ainda não atingidas pela economia não-desenvolvida, ou seja, fases mais sofisticadas ou evoluídas, que requerem a melhores infraestrutura, desenvolvimento científico e tecnológico, e inovações. As nações desenvolvidas demonstram a superação de etapas ainda não atingidas pelos não-desenvolvidos.

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB DE PAÍSES, PERÍODO 2009-2017

Ano	BRASIL		EUA		JAPÃO		ALEMANHA		SUÍÇA	
	PIB - Valor Corrente US\$ Tri	Variação Real %	PIB - Valor Corrente US\$ Tri	Variação Real %	PIB - Valor Corrente US\$ Tri	Variação Real %	PIB - Valor Corrente US\$ Tri	Variação Real %	PIB - Valor Corrente US\$ Tri	Variação Real %
2009	1,7	-0,1	14,5	-2,8	5,2	-5,4	3,4	-5,6	0,55	-2,3
2010	2,2	7,5	15,1	2,5	5,7	4,2	3,4	4,1	0,59	3,0
2011	2,6	4,0	15,6	1,6	6,2	-0,1	3,8	3,7	0,71	1,6
2012	2,5	1,9	16,3	2,2	6,2	1,5	3,5	0,5	0,67	1,0
2013	2,5	3,0	16,8	1,7	5,2	2,0	3,8	0,5	0,70	1,9
2014	2,5	0,5	17,5	2,5	4,8	0,3	3,9	1,9	0,72	2,5
2015	1,8	-3,8	18,2	2,8	4,4	1,1	3,4	1,7	0,69	1,2
2016	1,8	-3,6	18,7	1,5	4,9	1,0	3,5	1,9	0,67	1,4
2017*	2,1	1,0**	19,4	2,3	4,9	1,5	3,7	2,0	681	1,0

Fonte 2009 a 2016.: UnctadStat (ONU) (19/03/2018) <http://unctadstat.unctad.org>

* Fonte 2017 de EUA, JAP, ALE, SUI: FMI <http://www.imf.org/external/datamapper/>

** Fonte Brasil/2017: IBGE, <https://www.ibge.gov.br/>

II. Desenvolvimento econômico:

é um conceito mais complexo do que tão somente o aumento do PIB. Para que uma economia possa ser qualificada como desenvolvida, poderá até apresentar crescimento zero (ou mesmo negativo), em um determinado período, e, mesmo assim, ser considerada país desenvolvido. Dentre os exemplos muito referenciados estão países acima como: EUA, Japão, Alemanha e Suíça.

Dentre os conceitos de desenvolvimento econômico, um dos mais aceitos e abrangentes é o estabelecido pelo economista Celso Furtado(*). Ele define desenvolvimento econômico como “um processo de mudança social, pelo qual um número crescente de necessidades humanas, pré-existentes ou criadas pela própria mudança, são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo, decorrente da introdução de inovações tecnológicas”. Dessa forma, a chegada à etapa de desenvolvimento econômico por um país, requer mais do que o crescimento econômico. Na verdade, é um processo no qual podem ser destacadas a combinação entre: a) mudança social; b) necessidades humanas; 3) diferenciação no sistema produtivo; 4) inovações tecnológicas.

Destaca Furtado que para a viabilização de inovações tecnológicas cabe um papel importante ao avanço da ciência. E como a evolução da ciência está relacionada ao desenvolvimento econômico, é concebível que em determinadas circunstâncias, sejam criadas condições para o avanço progressivo da ciência, com perspectivas sempre renovadas para viabilizar o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

O fato de se introduzir inovações em uma cultura, pode suscitar resistências, receios em relação ao novo, perda de status quo, além de outros. Muitos bloqueios podem até se manifestarem sob a forma de conflitos.

A introdução de inovações tecnológicas permite elevar o produto da economia, de forma a contribuir para criação de excedentes que a sociedade poderá utilizar, seja para elevar a capacidade

produtiva ou para uma melhoria imediata do bem-estar social.

As inovações tecnológicas podem ser consideradas a essência do desenvolvimento econômico, e permitem modificações muito além da estrutura do sistema de produção. Colocam em movimento uma sequência de reações decorrentes da interdependência entre elementos básicos de uma sociedade. Assim, as mudanças na estrutura econômica tendem a gerar modificações em toda a estrutura social que, não raro, depende de determinadas condições históricas.

A ocorrência da penetração de uma nova tecnologia no sistema produtivo de uma economia não-desenvolvida pode comprometer uma faixa da estrutura econômica pré-existente, e levar ao surgimento de desemprego sem condições de absorção. Um fato a ser destacado também é que nas economias desenvolvidas, predominam melhores indicadores do IDH: Índice de Desenvolvimento Humano (**).

Na abordagem de outro economista, Schumpeter(***), destaca que a inovação pode representar a substituição do “velho” pelo “novo”. A inovação, conforme Schumpeter, pode representar uma “destruição criadora”, e constitui o determinante essencial da dinâmica e da mudança econômica. O empresário e empreendedor representam o papel de inovador. As inovações, regra geral, acabam por retirar produtos ou serviços ofertados pelo sistema de produção e são responsáveis pela inserção de novos produtos. O comportamento dos consumidores prioriza: novas categorias de bens; novos processos de produção; avanços na modernizações e evoluções tecnológicas; maior eficiência; preços mais competitivos. Em alguns casos, o que se viabiliza pode decorrer da importação de produtos oriundos de países mais desenvolvidos e de maior padrão tecnológico. O empresário, à medida em que busca os lucros, por meio das inovações, contribui para o processo dinâmico do desenvolvimento econômico.

(*) FURTADO, Celso: *Dialética do Desenvolvimento*, RJ, Fundo de Cultura, 1964. Cap. 2

(**) IDH.: PIB per capita/renda; expectativa de vida/saúde; educação.

(***) SCHUMPETER, J. A.: *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. SP, Abril Cultural, 1982



INOVAÇÃO E INVENÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E DIFERENÇAS

A interpretação desses conceitos pode gerar entendimentos inadequados em relação ao que cada um busca identificar.

A invenção é considerada como a solução tecnicamente viável de um problema. Está circunscrita à geração de ideias ou de modelos ou esboços para um novo e melhor produto ou processo. A invenção não implica necessariamente em uso comercial ou pelo mercado. Ela pode não ter viabilidade econômica. Pode até ser patenteada, mas seu uso poderá ser postergado até que condições econômicas de viabilidade a tornem implementável.

A inovação, por outro lado, é considerada a solução técnica de um problema, mas desde que seja economicamente viável. Constitui novidade ou solução para o mercado e possui valor de uso e valor de troca. A inovação representa mudança de procedimentos em relação a padrões anteriores; pode ser identificada por mudanças em padrões, procedimentos e atuação de pessoas ou sociedade, a partir de: a) novos estágios de desenvolvimento; b) evolução social, econômica ou cultural; c) pressões do mercado; d) mudanças no ambiente internacional; e) pressões da sociedade por mudanças.

A inovação dificilmente poderia ocorrer a curto prazo. Ela requer a existência de um sistema de inovação, no qual podem ser destacados como componentes essenciais:

- a) sistema científico: universidades, centros de desenvolvimento e pesquisa (públicos ou privados);
- b) sistema produtivo industrial: e serviços avançados de empresas voltados a novos: processos produtivos, produtos e/ou serviços;
- c) sistema tecnológico: centros tecnológicos e laboratórios de empresas e voltados a produção de conhecimento e geração de novos: processos produtivos, ou serviços, ou produtos;
- d) sistema educativo: entidades voltadas a formação de pessoal para geração e difusão de inovações e incentivo à cultura inovadora;
- e) sistema financeiro: entidades financeiras e de fomento econômico destinadas a financiar instituições dos sistemas: produtivo, científico e tecnológico.